

Pesquisa mostra rejeição

DF Comércio

Brasília, sábado, 9 de dezembro de 1989 15

à semana inglesa

A maioria da população do DF, mais precisamente 67,5 por cento, posicionou-se contra a implantação da semana inglesa, por entender que os estabelecimentos comerciais devem ter liberdade de funcionamento. O percentual é resultado de uma pesquisa feita pela Soma Opinião e Mercado, nos dias 2 e 3 de novembro passado. Foram ouvidas 870 pessoas, com mais de 18 anos, pertencentes às mais diversas faixas de renda e de escolaridade e de ambos os sexos. São moradores do Plano Piloto (incluindo Guará, Cruzeiro e Octogonal), Gama, Ceilândia, Taguatinga, Planaltina e Sobradinho.

A princípio, o projeto estipula que o comércio, com algumas exceções, funcione das 8h às 18h nos dias de semana e até o meio-dia de sábado, permanecendo fechado durante as noites de segunda a sexta-feira.

Os mesmos 67,5 por cento contrários à semana inglesa fazem uma ressalva: defendem a liberdade de funcionamento do comércio, desde que o empregado não seja prejudicado nas 44 horas de trabalho semanais, definidas por lei. Por estabelecer o fechamento dos estabelecimentos comerciais ao meio-dia de sábado, 32 por cento da população

brasiliense dizem que vão ser prejudicados, na medida que suas compras são feitas somente nesse dia.

A rejeição ao projeto da semana inglesa, de acordo com os dados da Soma Opinião e Mercado, deve-se ao fato de que 60 por cento dos moradores do DF, maiores de 18 anos, trabalham também aos sábados, cumprindo a jornada das 44 horas semanais e 50 por cento trabalham mais de oito horas, diariamente. Se 32 por cento fazem as compras somente aos sábados, 47 por cento, apesar de frequentar o comércio nos dias regulares, compram também nesse dia.

No caso do fechamento do comércio após as 18h dos dias de semana, surgiu um dado curioso: algumas pessoas manifestaram preocupação com a "calamidade" na qual o trânsito se transformará. Justificam a preocupação alegando que de segunda a sexta-feira, nem todos vão direto para casa, no mesmo horário. Alguns aproveitam o término da jornada para as compras. Pelo raciocínio dessas pessoas, com o fechamento do comércio às 18h, os brasilienses, sem a opção das lojas, irão diretamente para casa, o que engarrafará o trânsito.

Votação será no ano que vem

Apresentado à Comissão do DF ao Senado em setembro deste ano, o projeto 49/1989 do senador Maurício Corrêa (PDT/DF), dispondo sobre o horário de funcionamento do comércio teve sua votação adiada, em 25 de outubro, por um pedido de vistas, feito pelo senador Meira Filho. Definida outra data de votação, 23 de novembro, o projeto foi aprovado pela Comissão, por nove votos a dois e uma abstenção, mas um recurso, por parte do Clube de Diretores Lojistas, novamente inviabilizou a implantação da semana inglesa ainda este ano. Com isso, os lojistas conseguiram que o projeto seja ainda analisado pelo plenário do Senado, antes de sancionado pelo governador Roriz.

O resultado, na prática, foi a transferência da apreciação da matéria para o ano que vem. Hoje o projeto está na pauta da Ordem do Dia, em contagem regressiva, à espera das cinco sessões ordinárias necessárias, contadas a partir da aprovação na Comissão. No último dia 8, termina o prazo para as emendas. Dia 15, tem início o recesso formal dos parlamentares. O próprio senador Maurício Corrêa, quando do pedido de vistas do senador Meira Filho, lamentou que o recesso branco e duas eleições inviabilizariam a votação imediata do seu projeto.

Adiada a votação do projeto da semana inglesa, permanecem as controvérsias a seu respeito encabeçadas pelos dois segmentos diretamente envolvidos: comerciantes e comerciantes. Os lojistas definem o projeto como uma medida meramente eleitoreira, com fins político. "O senador Maurício Corrêa viu os comerciantes uma fatia de recuperação do seu prestígio. Só que sua atitude está na contra-mão dos interesses da grande maioria da população de Brasília", disse o superintendente do ParkShopping, Joel Campanatti.

Joel fundamenta sua posição contrária à semana inglesa com números. De acordo com ele, as 600 mil pessoas que fazem compras nos sábados à tarde em supermercados, shoppings, lojas do Plano Piloto e Cidades Satélites serão prejudicadas. No ParkShopping, ainda de acordo com ele, 23 mil veículos po-

dem ser contados no estacionamento, significando uma média normal de 75 mil pessoas nas dependências do shopping, aos sábados. "Imaginem no Conjunto Nacional e nos supermercados", desafia.

A queda na arrecadação de impostos e o desemprego são outros argumentos dos empresários. No caso do desemprego, Joel aponta 113 mil 651 funcionários trabalhando nos shoppings do Brasil. Em dois milhões de estabelecimentos comerciais empregam-se cerca de dez milhões de pessoas. Caso a implantação da semana inglesa seja aprovada no plenário do Senado, a medida terá, segundo ele, repercussão nacional, com possibilidades de que outras cidades do País adotem o mesmo esquema. Com a redução do horário de funcionamento do comércio, Joel sugere um exercício de matemática para o cálculo do número de desempregados. Segundo avaliação do presidente da Associação de Empresas Lojistas em Shoppings Centers (Ascen-ter), com a semana inglesa, quatro mil funcionários dos shoppings de Brasília, poderão ser demitidos.

O senador Maurício Corrêa refuta o argumento do desemprego e faz uma análise inversa. Com a redução no horário de funcionamento do comércio, haverá, de acordo com ele, um acréscimo na demanda, o que, por si mesmo, exigirá mais contratações. O senador questiona, também, a interpretação indevida do seu projeto. A possibilidade de ser determinado um horário diverso fixado pelo projeto foi por ele estudada. No artigo 2º, essa hipótese está condicionada a um acordo ou convenção coletiva de trabalho, firmada entre os sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais.

O projeto isenta ainda da necessidade de adequação à semana inglesa os postos de gasolina, hotéis e similares, hospitais e similares, farmácias e drogarias, padarias e confeitarias, oficinas, restaurantes, bares, sorveterias e similares, cinemas, teatros, boates e casas de diversões públicas, livrarias e estabelecimentos dedicados ao comércio de artigos de turismo.